

Eleições pelo Mundo

amostra

Eleições pelo Mundo

O OLHAR DOS OBSERVADORES INTERNACIONAIS DA ABRADep,
CAOESTE, COPEJE E TRANSPARÊNCIA ELEITORAL

Coordenadores: Bruno Franco Lacerda Martins
Jesús Delgado Valery
Juliana Cardoso Ribeiro Bastos
Luiz Gustavo de Andrade
Marcelo Ramos Peregrino Ferreira

Ademar Borges de Paula Silva
Bárbara Benetti
Bruno Franco Lacerda Martins
Carla Maria Nicolini
Cristiano Vilela de Pinho
Emma Roberta Palu Bueno
Fábio Ivo Antunes
Fábio Paulo Reis de Santana
Gustavo Bohrer Paim
Jesús Delgado Valery
João Marcos Amaral

Juliana Cardoso Ribeiro Bastos
Leonardo Spencer Oliveira Freitas
Luiz Gustavo de Andrade
Marcelo Ramos Peregrino Ferreira
Maria Lis Vallejos
Pedro Braga
Pola Salmún Smeke
Raimundo Sérgio Sales Cafezeiro
Roosevelt Arraes
Vânia Siciliano Aieta
Volgane Oliveira Carvalho

Apresentação de Marcelo Ramos Peregrino Ferreira

Prefácio de Roberto C. Requejo

Introdução de Leandro C. Querido



Rio de Janeiro - 2026

Eleições pelo Mundo

Copyright © 2026 Almedina Brasil

Almedina Brasil é uma empresa do Grupo Editorial Alta Books (Starlin Alta Editora e Consultoria LTDA).

Copyright © 2026 Bruno Franco Lacerda Martins, Jesús Delgado Valery, Juliana Cardoso Ribeiro Bastos, Luiz Gustavo de Andrade, Marcelo Ramos Peregrino Ferreira.

ISBN: 978-85-8493-882-7

Impresso no Brasil – 1ª Edição, 2026 – Edição revisada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 2009.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E42

Eleições pelo Mundo. Coordenação: Bruno Franco Lacerda Martins, Jesús Delgado Valery, Juliana Cardoso Ribeiro Bastos, Luiz Gustavo de Andrade, Marcelo Ramos Peregrino Ferreira. 1.ed. Rio de Janeiro: Almedina Brasil, 2026.

240 p.; 16 x 23 cm.

ISBN 978-85-8493-882-7

1. Direito eleitoral. 2. Eleições. 3. Sistemas eleitorais. 4. Democracia. 5. Missões de observação eleitoral. I. Martins, Bruno Franco Lacerda. II. Valery, Jesús Delgado. III. Bastos, Juliana Cardoso Ribeiro. IV. Andrade, Luiz Gustavo de. V. Peregrino Ferreira, Marcelo Ramos.

CDU: 342.8(100)

Índice para catálogo sistemático:
1: Brasil: Direito eleitoral comparado

Todos os direitos estão reservados e protegidos por Lei. Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia por escrito da editora, poderá ser reproduzida ou transmitida.

A violação dos Direitos Autorais é crime estabelecido na Lei nº 9.610/98 e com punição de acordo com o artigo 184 do Código Penal.

O conteúdo desta obra fora formulado exclusivamente pelo(s) autor(es).

Marcas Registradas: Todos os termos mencionados e reconhecidos como Marca Registrada e/ou Comercial são de responsabilidade de seus proprietários. A editora informa não estar associada a nenhum produto e/ou fornecedor apresentado no livro.

Material de apoio e erratas: Se parte integrante da obra e/ou por real necessidade, no site da editora o leitor encontrará os materiais de apoio (download), errata e/ou quaisquer outros conteúdos aplicáveis à obra. Acesse o site www.altabooks.com.br e procure pelo título do livro desejado para ter acesso ao conteúdo.

Suporte Técnico: A obra é comercializada na forma em que está, sem direito a suporte técnico ou orientação pessoal/exclusiva ao leitor.

A editora não se responsabiliza pela manutenção, atualização e idioma dos sites, programas, materiais complementares ou similares referidos pelos autores nesta obra.

Grupo Editorial Alta Books

Produção Editorial: Grupo Editorial Alta Books

Diretor Editorial: Anderson Vieira

Editora-chefe: Manuella Santos de Castro

Assistente Editorial: Francielle Regina

Vendas Governamentais: Cristiane Mutüs

Diagramação: Merit Editorial



Rua Viúva Cláudio, 291 – Bairro Industrial do Jacaré

CEP: 20.970-031 – Rio de Janeiro (RJ)

Tels.: (21) 3278-8069 / 3278-8419

www.altabooks.com.br – altabooks@altabooks.com.br

Ouvidoria: ouvidoria@altabooks.com.br



Apresentação

OS BRASILEIROS E AS MISSÕES DE OBSERVAÇÃO ELEITORAL INTERNACIONAL: UM REGISTRO NECESSÁRIO

O presente livro “Eleições pelo Mundo” - pelo que representa - não poderia ser editado sem um importante registro histórico. Fiz um apelo aos Coordenadores dessa obra, para contar um pouco dos eventos que nos levaram até aqui, porque é conhecida a fórmula que o que é escrito perdura – *litera scripta manet* - e os bons exemplos merecem assento e publicidade.

No ano de 2018 fui convidado pelo Conselho Nacional Eleitoral da Colômbia para ser observador das eleições presidenciais daquele país, por indicação do jurista colombiano Julio Ortiz. O constitucionalista Julio Ortiz participara do Seminário Constituição e Direitos Políticos, em 2014, organizado pela Escola Judiciária Eleitoral Irineu João da Silva do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Santa Catarina, quando eu dirigia a instituição como juiz titular daquela Corte. Sua palestra teve como objeto a sua saga como advogado no importante precedente da Corte Interamericana sobre os direitos políticos, o Caso Petro Urrego. Tornamo-nos amigos e seu trabalho se tornou pedra de toque da minha dissertação de mestrado na PUC/SP sobre a convencionalidade no direito eleitoral, posteriormente editado como o primeiro livro sobre o tema no país.

Eram as primeiras eleições após o grande Acuerdo Final para la Terminación del Conflicto y la Construcción de una Paz Estable y Duradera (2016), o pacto entre as forças políticas daquele país que

conseguiram, por meio da política, desarmar as Fuerzas Armadas Revolucionárias de Colômbia -FARC, transformá-la em um partido político, uma travessia de um aparato da guerrilha em um novo ator dentro dos limites do Estado Democrático e de Direito. O acordo punha fim à violência política naquele país que vinha desde a década de 1960.

Logo depois, já em janeiro de 2020, eu me integrava, a convite de Leandro Querido, à Missão de Observação das Eleições Congressuais do Peru. A crise política redundou em uma convocação para eleição parlamentar, após a dissolução do Congresso da República pelo presidente em exercício à época Martín Vizcarra, em setembro do ano anterior.

A riqueza dessas experiências, a imersão na cultura latino-americana, o convívio com observadores qualificadíssimos, tudo isso me arrebatou para o universo desse engajamento internacional eleitoral. Todavia, naqueles anos não havia caminhos para essa participação. Eles precisariam ser construídos e a isso me dediquei junto com muitos voluntários ao longo do tempo.

A CAOESTE – Conferência Americana de Organismos Eleitorais Subnacionais para a Transparência Eleitoral, hoje presidida por Roberto Requejo, surgia como uma aposta da Transparência Eleitoral América Latina para tratar das eleições estaduais naqueles países de estrutura federal como Brasil e Argentina. Kamile de Moreira Castro era a representante da CAOESTE no Brasil e seu mandato estava terminando. Pedi aos amigos Kamile de Moreira Castro, Angela Haonat, Wilma Chequer e Joelson Dias (ex-Ministro do Tribunal Superior Eleitoral), todos ex-juizes das Cortes Eleitorais brasileiras, um voto de confiança para participar da CAOESTE como representante do Brasil. Prontamente obtive o apoio dos generosos amigos e pus minha candidatura à disposição da Transparência Eleitoral nas pessoas de Jesús Delgado Valery e Leandro Querido.

Qual foi a minha surpresa ao tomar conhecimento que minha intenção havia sido laureada não apenas com a representação do Brasil, mas com a própria presidência da própria CAOESTE, por aclamação dos integrantes dos países membros.

Composta a junta diretiva da CAOESTE com Angela Haonat, atual Desembargadora do Tribunal de Justiça do Tocantins, Sofia Martinez de Castro (Conselheira do Instituto Eleitoral de Participação Ci-

dadá de Chiapas, México) e María Herminia Puig, (Juíza da Câmara de Apelação do Contencioso Administrativo e Eleitoral da Província de Corrientes, Argentina), iniciamos um planejamento que incluía: i) convidar acadêmicos, advogados e servidores públicos com produção na área eleitoral e afins para participarem da CAOESTE; ii) participar em pelo menos uma missão eleitoral em cada país, organizada pelo membro local; iii) estabelecer acordos com órgãos eleitorais, associações e universidades; iv) incentivar a participação de seus membros para escrever, dar entrevistas, participar de seminários acadêmicos em seus países, a fim de divulgar a CAOESTE.

O esforço da CAOESTE foi, em suma, o desejo de democratizar também o acesso dos brasileiros às missões de observação eleitoral internacional, para compartilhar o encanto dessa participação qualificada na política de outros países.

E nessa função, Telson Ferreira, Presidente do COPEJE- Colégio Permanente de Juristas da Justiça Eleitoral e Luiz Fernando Casagrande Pereira, Diretor Geral da ABRADep – Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político foram parceiros de primeira hora abrindo editais públicos para a participação dos brasileiros filiados a essas duas mais importantes organizações de direito eleitoral do Brasil. Vânia Aieta, atual coordenadora, Luiz Gustavo de Andrade e o comando atual da ABRADep deram seguimento à essa abertura internacional para os eleitoralistas.

Este livro, portanto, coroa a generosidade da Transparencia Electoral America Latina, nos seus 10 anos de existência e mais de 60 missões de observação realizadas, de permitir o acesso de brasileiros às eleições no mundo, devendo ser reconhecida como a instituição que mais levou nacionais para o exterior na história do Brasil, de forma ampla, pessoal e democrática para se integrar às observações eleitorais.

Leandro Querido, fundador e grande maestro da Transparencia Electoral America Latina, deve receber esse registro como um penhorado agradecimento, um tributo à sua atuação democrática, pelo apoio e suporte dado às dezenas de brasileiros que puderam sair do país e se integrar ao valoroso time composto pelos qualificados e queridos amigos Jesús Delgado Valery, Bárbara Benetti e Eduardo Repilloza na defesa do ideal de eleições livres, democráticas e justas.

Hoje a Transparencia e CAOESTE tem muitos outros talentos nas

suas fileiras trabalhando, de forma voluntária, como Bruno Franco Lacerda Martins, Juliana Bastos, Frederico Rafael Martins de Almeida, Valéria Landim e Tatiana Kolly Wasilewski Rodrigues a quem compete o futuro e a defesa desse legado.

Esse livro, esforço de Juliana Bastos, Luiz Gustavo de Andrade, Bruno Franco Lacerda Martins, Jesús Delgado Valery e eu, sintetiza essa bela história que foi ilustrada pelos nomes abaixo nominados: Juliana Almeida Pereira; Ademar Jose Paula Da Silva, Juliana Cardoso Ribeiro Bastos, Bruno Franco Lacerda Martins, Renato Alves Coelho, Ana Caroline Campagnolo Galvão, Augusto José Wanderlinde, Tiago Asfor Rocha Lima, Cassio Felipe Goes Pacheco, Leonardo Spencer Oliveira Freitas, Walber de Moura Agra, Wederson Advíncula Siqueira, André Garcia Xerez Silva, Mariana Vargas Cunha de Oliveira Lima, Raimundo Nonato Silva Santos, André Oliveira da Silva Guimarães, Marcelo Ramos Peregrino Ferreira, Frederico Rafael Martins de Almeida, Rodrigo Nóbrega Farias, Tatiana Kolly Wasilewski Rodrigues, Raimundo Augusto Fernandes Neto, Sarah Campos, Juliana Cardoso Ribeiro Bastos, Luís Felipe Avelino Medina, José Ferreira Ramos Junior, Otto Luiz Sponholz Júnior, Rodrigo de Lima Mosimann, Renato Gustavo Alves Coelho, Volgane Oliveira Carvalho, Cristiano Vilela de Pinho, Fábio Augusto Sacchi Kuke, Elaine Berbete, João Eduardo de Nadal, Elaine Berbete, Pedro Ulysses Buritisa Alves de Souza, Andressa Abel da Silva, Raphael Souza e Silva, Katia Souza, Rafael Antônio Costa, Fagianni Miranda, Leandro Manzano Sorroche, Carlos Augusto Santos Medrado, Frederico Martins de Almeida, Telson Ferreira, Tatiana Kolly Wasilewski Rodriguez, Luiz Gustavo de Andrade, Joelson Dias, Mauro Antônio Prezotto, Fabio Santana, Rodrigo Ferreira Lima, Thiago Lívio Quinteiros Galvão, Leonardo Spencer Oliveira Freitas, Igor Bruno Silva de Oliveira, Ian Rebouças Batista, Ricardo Ferrari, Sidney Neves, Lucas Cruz Neves, Andre Myssior, Carla Maria Nicolini, José Augusto Hillmann Xavier, Diogo Oliveira Elias de Farias, Bianca de Moura Tatarin, Yully Carneiro de Aguiar, Adriano Alves, Fábio Ivo Antunes, Victor Morelly Dantas Moreira, Jeancarlo de Oliveira Coletti, Priscilla Conti Bartolomeu, Gustavo Bohrer Paim, Juliana Bastos, Juliano Breda, Fagianni Viana de Miranda, Bruna Sesconetto Dias, Adriana da Silva Goulart, Luís Gustavo da Silva, Rui Cesar Voltolini, Allan Titonelli Nunes, Luiz Fernando Casagrande Pereira, Leandro Manzano, Adenir Teixeira Peres Junior, Ângela Issa Haonat, Kennedy Nunes, Cristiane de Medeiros Brito Chaves Frota, Gustavo Paim, Juliano Bernardes, Manoel VerÍssimo Ferreira Neto, Marcio

ELEIÇÕES PELO MUNDO

Antonio de Sousa Moraes Junior, Sandro Nunes Vieira, Vicente Lopes da Rocha Junior, Fernanda Silva Pereira Motta Jannuzzi, Rodrigo Farias, Paolo Stelati, Renato Ribeiro de Almeida, Kamile Moreira Castro, Clenilton Carlos Pereira, João Carlos Harger Júnior, Rodrigo Fernandes, Vitor Guilherme Aguiar Barreta, Diego Freire de Carvalho, Leonardo Roberto Oliveira de Vasconcelos, Lucas Asfor Rocha Lima, Alcimor Rocha, Wilma Chequer, Marcelo Weick Pogliese, Raimundo Fernández, Ana Cristina Ferro, Daniel Gustavo Falcão Pimentel Dos Reis, Luciana Diniz Nepomuceno, Ângela Haonat, Margarete De Castro Coelho, Marilda Silveira, Juliana Rodrigues Freitas, Samara Castro, Evelyn Melo Silva, Ana Claudia Santano, Sandro Nunes, Zany Leite, Gilson Ramalho de Lima, Ana Blasi, Luciano da Matta.

Marcelo Ramos Peregrino Ferreira, PhD

Diretor de Relações Internacionais da Transparência Eleitoral América Latina

Prefácio

En primer lugar, es de estricta justicia aprovechar esta oportunidad para señalar que es un honor y un privilegio haber sido elegido, durante el año 2023, para ejercer la Presidencia de la Conferencia Americana de Organismos Electorales Subnacionales por la Transparencia Electoral (CAOESTE). Esta designación no solo representó un voto de confianza, sino también un compromiso renovado con los principios de transparencia, justicia y equidad en los procesos electorales internacionales.

Con humildad asumí este compromiso convencido de que colectivamente fortaleceremos aún más la integridad democrática en nuestra región. En este sentido, expreso desde ya mi sincero agradecimiento a cada integrante de CAOESTE por depositar su confianza y colaborar en este camino que unidos emprendemos.

Ahora bien, el año 2023 se erigió como un escenario crucial para la consolidación de los sistemas electorales en el mundo. A lo largo y ancho del planeta, se llevaron a cabo diferentes procesos electorales que no solo marcaron el destino político de muchas naciones, sino que también fueron el foco de la atención internacional. Estos acontecimientos -con su complejidad inherente, sus desafíos y éxitos- se entrelazaron en la trama de las diferentes Observaciones Electorales Internacionales organizadas por *Transparencia Electoral*, la *Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político* (ABRADEP), la *Conferencia Americana de Organismos Electorales Subnacionales por la Transparencia Electoral* (CAOESTE) y el *Colégio Permanente de Juristas da Justiça Eleitoral* (COPEJE).

Es convicción de quienes defendemos la democracia y las instituciones; que *la transparencia es la única forma en que los ciudadanos puedan percibir y conocer por sí mismos que sus “elecciones” han sido auténticas y en consecuencia, éstas, gozan de la credibilidad necesaria del proceso que otorgue por carácter transitivo legitimidad a los resultados obtenidos. Por*

otra parte, el principio de transparencia garantiza la posibilidad de mejorar los sistemas de gobernanza y la prestación de servicios públicos.

“Las elecciones son la raíz indispensable de la democracia; son el mecanismo legítimo para gestionar la transferencia de poderes pacíficamente.” (*Informe de la Fundación Kofi Annan, 2012 “Profundizando la democracia: Una estrategia para mejorar la integridad electoral en el mundo2.”*).

Este trabajo, aúna los testimonios colectivos que rinden homenaje a las diferentes experiencias vividas por quienes hemos llevado adelante la tarea de Observadores Internacionales. El objetivo primordial es ir más allá de las fronteras y relatar la crónica de los diversos sistemas electorales examinados, descubriendo las dimensiones de un proceso que trasciende la mera emisión de votos.

En mi modesta opinión, la Observación Electoral Internacional -como fenómeno creciente y esencial en el mundo contemporáneo-, ha emergido como el principal defensor de la transparencia, la legitimidad y las buenas prácticas de los procesos democráticos. En efecto, en un entorno donde muchas veces la confianza en las instituciones políticas oscila, la presencia de observadores internacionales desempeña un papel decisivo. Este libro se adentra en las diversas formas en que estas misiones de observación contribuyen a fortalecer las bases de las democracias en el mundo.

En ese sentido, el primer beneficio inherente a la Observación Electoral Internacional es su capacidad para promover la transparencia en los procesos electorales. En efecto, los observadores miembros de los organismos mencionados son profesionales con una destacada experiencia en asuntos electorales y provienen de diversas naciones y entidades, ofreciendo una perspectiva imparcial que trasciende las divisiones políticas. Su presencia abona el terreno para que los ciudadanos confíen en que el juego democrático se lleva a cabo de manera justa, eliminando sospechas de presuntas irregularidades.

Además de ser guardianes de la Justicia electoral, los observadores internacionales también se convierten en portadores de buenas prácticas y lecciones aprendidas. Los informes detallados que reproducen reflejados en este compendio, no solo señalan posibles áreas de mejora en los procesos electorales, sino que también destacan éxitos y estrategias efectivas que podrían resultar ser fuente de inspiración para otras

naciones. Así, la Observación Electoral Internacional fomenta la mejora continua, convirtiéndose en un mecanismo de retroalimentación global que impulsa la evolución positiva de los sistemas democráticos.

Este libro no solo describe los logros alcanzados, sino que también reconoce los desafíos enfrentados por los observadores internacionales. Si bien la diversidad de contextos políticos y culturas presenta un terreno fértil para la complejidad y la controversia, es precisamente en la superación de estos desafíos que la Observación Electoral Internacional demuestra su resiliencia y compromiso con la promoción de la democracia genuina.

En suma, el presente trabajo, da voz a observadores provenientes de diferentes rincones del mundo, quienes comparten sus perspectivas, con el objetivo de enriquecer el desarrollo de los procesos electorarios. La solidaridad entre naciones, manifestada a través de la Observación Electoral Internacional, destaca la interconexión de las democracias y la responsabilidad compartida de preservar sus fundamentos.

En última instancia, los trabajos seleccionados y aunados en esta obra, se presentan como un testimonio de las fortalezas y fragilidades de las democracias en el mundo. En ese sentido, a través de estas páginas, se invita a los lectores a sumergirse en la complejidad y pluralidad de los diversos sistemas electorales, recordando la verdadera importancia que los observadores internacionales comparten sus experiencias, convirtiendo este trabajo en un mosaico que refleja los desafíos superados, los éxitos celebrados y las lecciones aprendidas en pos de contribuir con garantizar el fortalecimiento de los procesos electorales en el mundo sobre las columnas de la transparencia y la integridad, el reflejo se reflejara en esta obra.

Dr. Roberto C. Requejo

Presidente de la Conferencia Americana de Organismos Electorales Subnacionales por la Transparencia Electoral (CAOESTE).

Presidente del Tribunal Electoral de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires.

Introdução

La observación electoral es una herramienta de larga y única tradición en América Latina, que con el tiempo se ha consolidado como un complemento de las elecciones de la región, siguiendo el objetivo de mejorar los procesos democráticos continuamente y de llevar tranquilidad a todos los actores políticos y sociales de cada país en el que se implementa.

Para la sociedad civil regional, es también de una gran importancia porque, además de contribuir con el desarrollo de la democracia y la integridad electoral, presenta oportunidades para el aprendizaje mutuo y el intercambio de experiencias en materia de administración electoral, innovación e implementación de tecnología, instrumentos de votación, e incluso la formación y aplicación de leyes que rigen el desarrollo de las elecciones en distintos aspectos, desde la accesibilidad de los centros electorales hasta los protocolos de publicación de resultados electorales.

Dentro del ecosistema de organizaciones que realizan trabajos de observación electoral y asistencia técnica para autoridades comiciales en América Latina se encuentra Transparencia Electoral, una organización que desde hace una década ha venido desarrollando proyectos para mejorar la calidad de las democracias y las elecciones de la región de la mano de socios y colaboradores en distintas partes del continente.

Estamos orgullosos de contar entre estos socios a una importante cantidad de colaboradores brasileños que son o han sido autoridades o funcionarios electorales; abogados especialistas en derecho constitucional, electoral y político; y académicos de las universidades más distinguidas del Brasil. La gran mayoría de este contingente profesional y académico forma parte de la Conferencia Americana de Organismos Electorales Subnacionales por la Transparencia Electoral (CAOESTE), una red que facilita el diálogo y la interacción entre sus integrantes para compartir experiencias e información sobre prácticas electorales, llevar a cabo acciones para mejorar la equidad y competitividad en procesos electorales y promover una mayor participación de mujeres y diferentes

minorías en la vida democrática de los países más ampliamente representados: EEUU, México, Brasil y Argentina.

Es por eso que con mucho gusto presentamos este trabajo, posible por medio de una estrecha colaboración entre instituciones amigas y los individuos que la componen. Este texto, desarrollado en colaboración con la Academia Brasileña de Derecho Electoral y Político (ABRADEP), la Conferencia Americana de Organismos Electorales Subnacionales por la Transparencia Electoral (CAOESTE) y el Colegio Permanente de Juristas de la Justicia Electoral Brasileña (COPEJE), y que recoge experiencias recientes y directas de estos profesionales, que han participado en las distintas Misiones Electorales desplegadas por Transparencia Electoral y la CAOESTE en Brasil, Chile, Estados Unidos, Argentina, Colombia, Ecuador, España y Estonia entre 2021 y 2023.

Esta compilación representa una invaluable colección de experiencias de acompañamiento y observación electoral, presentada por prestigiosos profesionales y expertos del mundo electoral radicados en Brasil, que cuentan con un demostrado compromiso con los valores democráticos y comparten el propósito de mejorar constantemente nuestros procesos democráticos.

El libro incluye la experiencia de observación de las elecciones generales de **Chile** de 2021, así como del plebiscito constitucional del año 2023. En este interesante capítulo, se explora una elección general que tomó lugar en medio de una revolucionada agenda pública que tenía en el centro la elaboración de una propuesta de nueva Constitución para el país. El 2023 marcó el segundo de dos intentos en los últimos 5 años de modificar la Constitución Nacional, procesos que en ambos casos fracasaron, culminando en dos plebiscitos de salida en los que los ciudadanos votaron ampliamente para rechazar dos propuestas de Carta Magna redactadas por Convenciones Constitucionales que no lograron proponer un texto que convenciera a la sociedad.

Las elecciones presidenciales de **Brasil** de 2022, también incluidas en este trabajo, marcaron un hito en la historia de la observación electoral en el continente. En diciembre de 2021, el Tribunal Superior Electoral por primera vez aprobó y reglamentó la observación electoral nacional e internacional, por lo que estas elecciones fueron las primeras en la historia del país con una amplia participación de organizaciones internacionales, monitores electorales domésticos y observatorios electorales académicos

nacionales, entre las cuales estuvo Transparencia Electoral.

Uno de los temas destacados de la agenda fue la lucha contra la desinformación. El Tribunal Superior Electoral de Brasil ha sido reconocido por distintos organismos y redes internacionales por sus esfuerzos en la lucha contra las *fake news*, dentro de los que estuvo la constitución del “Frente Nacional de Lucha contra la Desinformación” (FRENTE), integrado por autoridades, servidores y colaboradores voluntarios, con el propósito de encaminar acciones para defender y reforzar la credibilidad de las instituciones electorales en Brasil. De esta iniciativa formaron parte socios de la CAOESTE: Frederico Rafael Almeida, Elder Maia Goltzman y Volgane Oliveira Carvalho.

El capítulo sobre las elecciones presidenciales de Brasil de 2022 es muy relevante para la región, porque significó avances importantes en materia de observación electoral y lucha contra la desinformación en épocas electorales, experiencias que competen e interesan a autoridades electorales y nuestras sociedades por igual.

En nuestra Misión para las Elecciones Legislativas de Medio Término de **Estados Unidos** de 2022 participaron integrantes de todas las organizaciones que forman parte de este proyecto editorial. Estos comicios fueron de particular importancia debido a que fueron los primeros en los que surtieron efecto las conclusiones del último proceso de diseño de distritos electorales legislativos, realizado con los datos actualizados del censo nacional del año 2020.

Esta Misión pudo seguir de cerca el trabajo de las autoridades electorales locales de los Condados de Santa Clara y Los Ángeles, unidades territoriales y administrativas que no existen en otros países del continente, por lo que sus facultades en términos de administración electoral suponen un interesante objeto de estudio. La jornada electoral, presenciada en la jurisdicción del Condado de Los Ángeles, presentó una gran oportunidad para los observadores, que pudieron ver en funcionamiento uno de los sistemas de votación más modernos y accesibles de los EEUU, experiencia que queda plasmada en el artículo dedicado a esta elección.

En febrero de 2023, **Estonia** celebró elecciones parlamentarias que fueron acompañadas por una numerosa delegación de Transparencia Electoral y la CAOESTE. Esta también es una experiencia única, debido al nivel de tecnificación de la elección en este país del norte de Europa. La nación comparte frontera con Rusia y estuvo bajo la órbita

de la Unión Soviética, por lo que el Kremlin la considera su zona natural de influencia. Aunque Estonia integra la Unión Europea desde el año 2004, esto no ha evitado que Rusia intentara por distintos medios, como ataques cibernéticos y la manipulación del espacio informativo, de influir negativamente en los procesos electorales de Estonia. Sin embargo, el país ha logrado sortear estos retos, incluso haciendo de la innovación y los servicios tecnológicos su marca internacional.

Para las elecciones autonómicas de **España** de mayo de 2023, nuestras organizaciones desplegaron también una delegación que se capacitó en terreno con facilitadores y docentes de la Universidad Complutense de Madrid sobre el sistema electoral español, y que se reunió con representantes de los principales partidos políticos del país para tener una visión completa e integral de un proceso electoral que va a lo más local del sistema político: las comunidades autonómicas. Un ejercicio similar al argentino, estos procesos son importantes para estudiar la forma en la que se administran elecciones en jurisdicciones diversas, con distintos niveles de independencia y autonomía.

Para las elecciones de 2023 en **Argentina**, Transparencia Electoral y la CAOESTE desplegaron 3 delegaciones de visitantes extranjeros en un período de 4 meses, lo que representó una experiencia de aprendizaje y de intercambios internacionales considerables, llegando a contar con la participación de autoridades electorales nacionales y subnacionales de las democracias más grandes del continente: EEUU, Brasil, México y Argentina.

La alta descentralización de la administración electoral en Argentina y la potestad de las provincias para celebrar sus elecciones en las fechas que consideren dio pie a un intenso año electoral, y uno de sus distritos más importantes, la Ciudad Autónoma de Buenos Aires, estrenó autoridades electorales propias, como el Tribunal Electoral de la Ciudad y el Instituto de Gestión Electoral, encargados de aplicar la Boleta Única Electrónica (BUE), un instrumento de votación utilizado en agosto de 2023 para las elecciones primarias y que ya ha sido adoptado por otros distritos del país.

Ecuador tuvo un 2023 revolucionado por distintos procesos electorales sobrevenidos, uno de ellos debido a la activación del mecanismo de muerte cruzada, en el que el Presidente Guillermo Lasso disolvió el Congreso y limitó los poderes del Ejecutivo a medidas de emergencia económica hasta que se celebraran elecciones presidenciales. En tiempo récord, el Consejo

Nacional Electoral de Ecuador organizó nuevas elecciones presidenciales y legislativas, para las que Transparencia Electoral y la CAOESTE, cuyos socios pertenecen también a ABRADep y COPEJE, envió una Misión de Observación. Durante la Misión, se tuvo la oportunidad de estudiar los desafíos que implica organizar una elección sobrevenida, a la vez que se implementan existentes y nuevas medidas de inclusión y accesibilidad, como el voto en casa, el voto de personas en prisión preventiva y el voto remoto por internet para residentes en el extranjero.

Las elecciones regionales de **Colombia**, celebradas en octubre del año 2023, también supusieron una gran experiencia de intercambios internacionales. Colombia es uno de los países de la región, además de Ecuador, con una gran apertura hacia la observación electoral internacional, lo que genera oportunidades para colaborar y contribuir a la mejora de los procesos electorales, no solo en Colombia, sino en toda la región.

El ciclo electoral 2022-2023 en definitiva fue período en el que Transparencia Electoral, la Academia Brasileña de Derecho Electoral y Político (ABRADEP), la Conferencia Americana de Organismos Electorales Subnacionales por la Transparencia Electoral (CAOESTE) y el Colegio Permanente de Juristas de la Justicia Electoral Brasileña (COPEJE) se involucraron activamente en procesos democráticos de talla mundial. En este libro, se compilan las numerosas experiencias de sus integrantes y socios en procesos electorales únicos, cuyas autoridades han marcado el porvenir de los procesos electorales y democráticos de la región por medio de la innovación permanente y la apertura con la que manejan los comicios a su cargo.

Iniciativas editoriales como esta, de la mano de autoridades y expertos electorales, hacen de estas alianzas y colaboraciones una combinación extraordinaria para contribuir a la mejora continua y siempre incremental del epicentro de nuestros procesos democráticos: las elecciones transparentes, íntegras y equitativas.

Ms. Leandro C. Querido

Secretario Ejecutivo. Conferencia Americana de Organismos Electorales Subnacionales para la Transparencia Electoral (CAOESTE)

Sobre os coordenadores

Bruno Franco Lacerda Martins

Advogado. Foi Desembargador do TER-DF. Mestre em Direito pela Universitat de Girona (Espanha) e doutorando pela Universidad Católica de Santa Fe (Argentina).

Jesús Delgado Valery

Licenciado em Estudios Internacionales. Maestrando em Estudios Electorales. Director Ejecutivo de Transparencia Electoral. Coordinador de DemoAmlat.

Juliana Cardoso Ribeiro Bastos

Mestre e Doutora em Direito Constitucional pela PUC-SP. Especialista em Giustizia Costituzionale e Tutela Giurisdizionale dei Dirigi pela Università di Pisa. Professora na PUC-SP e nas FMU. Vice-Presidente pelo Brasil da Conferência Americana de Organismos Electorales Subnacionales por lá Transparência Electoral. Membro do Conselho Consultivo do IBDC. Membro da Abradep. Conselheira no Conselho Superior de Direito da Fecomercio. Secretária-Geral da Comissão de Direito Constitucional da OAB-SP.

Luiz Gustavo de Andrade

Advogado e Professor. Doutorando em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Mestre em Direito pelo Centro Universitário Curitiba (UNICURITIBA). Diretor da Escola Paranaense de Direito (EPADI). Professor da Pós-Graduação da Escola Paranaense de Direito (EPADI). Professor da Graduação da Faculda-

de de Direito de Curitiba (UNICURITIBA). Membro Consultor da Comissão de Direito Eleitoral (OAB-PR). Membro Relator da Comissão de Gestão e Controle da Administração Pública (OAB-PR). Secretário-Geral da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Política (ABRADEP). Membro do Instituto Paranaense de Direito Eleitoral (IPRADE). Editor Executivo da Revista Paraná Eleitoral (TRE-PR). Membro Fundador do Instituto Mais Cidadania. Membro da Associação Brasileira da Advocacia Municipalista (ABAM). Membro da Conferência Americana de Organismos Electorales Subnacionales por la Transparencia Electoral (CAOESTE).

Marcelo Ramos Peregrino Ferreira

Advogado. Doutor em Direito (UFSC). Mestre em Direito Constitucional pela PUC-SP. Diretor de Relações Internacionais da Transparencia Electoral America Latina. Fundador e integrante da ACADE (Academia Catarinense de Direito Eleitoral) e da ABRADEP (Academia Brasileira de Direito Eleitoral). Ex-juiz do TRE/SC. Autor dos livros: “Controle de Convencionalidade da Lei da Ficha Limpa”. Editora Lumen Juris, 2016. “Da Democracia de Partidos à Autocracia Judicial: o caso brasileiro no divã”, Editora Habitus, 2020. Primeira menção honrosa PPGD/UFSC no Prêmio CAPES de Melhor Tese, 2020. Menção honrosa pelo Projeto de Integridade Eleitoral, Eleições Suplementares de Petrolândia - Rede Mundial da Justiça Eleitoral, 2022. Juiz Eleitoral Titular do TRE/SC 2.012-2.014. Diretor da Escola Judiciária Eleitoral Des. Irineu João da Silva do TRE/SC. Ouvidor da Justiça Eleitoral do Estado de Santa Catarina 2.012-2.014. Associado e fundador da Academia Catarinense de Direito Eleitoral- ACADE. Associado e fundador da Academia Brasileira de Direito Eleitoral – ABRADEP. Associado da Academia Brasileira de Direito Internacional. Presidente da CAOESTE – Conferência Americana dos Organismos Eleitorais Subnacionais para a Transparência- 2021. Diretor de Relações Internacionais da Transparencia Electoral America Latina 2023.

Sobre os autores

Ademar Borges de Paula Silva

Advogado. Especialista em Direito Eleitoral, Constitucional, Improbidade Administrativa pela Escola Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Especialista em Direito dos Contratos pela FGV-SP. Mestre em Economia e Mercados (Mackenzie). Doutorando em Direito Constitucional (IDP). Membro da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (ABRADEP). Membro da CAOESTE (Conferencia Americana de Organismos Electorales Subnacionales por la Transparencia Electoral).

Bárbara Benetti

Licenciada en Relaciones Públicas e Institucionales por la Universidad Siglo XXI de Argentina. Candidata a Magíster en Inteligencia Artificial en Comunicación y Medios por la Universidad Complutense de Madrid. Coordinadora de la Conferencia Americana de Organismos Electorales por la Transparencia Electoral (CAOESTE).

Bruno Franco Lacerda Martins

Advogado. Foi Desembargador do TRE-DF. Mestre em Direito pela Universitat de Girona (Espanha) e doutorando pela Universidad Católica de Santa Fe (Argentina).

Carla Maria Nicolini

Advogada militante, especialista em Direito Processual Civil – Unifacs – Salvador/BA e em Direito e Processo Eleitoral – EJP/SP – EPM/SP; Membro da Comissão de Direito Eleitoral da OAB/

SP (2022/2024); da Comissão do Observatório Eleitoral da OAB/SP (2022/2024) e da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político – ABRADep e da Conferência Americana de Organismos Electorales Subnacionales por la Transparencia Electoral – CAOESTE.

Cristiano Vilela de Pinho

Advogado formado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – USP. Mestre pela Universidade de Granada (Espanha). Possui Especialização em Direito Constitucional pela Universidade de Salamanca (Espanha) e pela Universidade de Buenos Aires (Argentina). Membro da CAOESTE – Confederación Americana de los Organismos Electorales Subnacionales. Membro da Comissão de Sociedades de Advogados da OAB-SP. Membro da Comissão de Estudos de Políticas de Mídias Sociais do Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP). Membro da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (ABRADEP).

Emma Roberta Palu Bueno

Advogada, Mestre em Direito pelo IDP, Tesoureira do IPRADE, membro da ABRADep e Presidente da Comissão das Mulheres Advogadas da OAB-PR.

Fábio Ivo Antunes

Especialista em Direito Eleitoral pelo Damásio. Especialista em Gerência de Cidades pela FAAP. Membro da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político – ABRADep. Vice-presidente da Comissão de Direito Eleitoral da 18ª Subseção da OAB Taubaté. Observador Internacional das Eleições Presidenciais da Argentina (2023). Advogado e Jornalista.

Fabio Paulo Reis de Santana

Doutor em Direito do Estado pela PUC-SP. Procurador do Município de São Paulo. Presidente da Comissão de Direito Constitucional da OAB\SP. Conselheiro Secional da OAB\SP. Membro da Comissão Nacional de Estudos Constitucionais da OAB.

Gustavo Bohrer Paim

Advogado. Professor de Direito Eleitoral da Unisinos. Especialista em gestão pública pela UFRGS. Mestre em Direito pela PUC/RS. Doutor em Direito pela UFRGS. Pós-Doutorando em Ciência Jurídico-Política pela Universidade de Lisboa. Doutorando em Ciência Política pela UFRGS. Autor do livro Direito eleitoral e segurança jurídica, bem como de outros livros, capítulos de livros e artigos publicados em revistas especializadas. Membro da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (ABRADEP). Membro do Instituto Gaúcho de Direito Eleitoral (IGADE). Vice-Prefeito de Porto Alegre (2017-2020). Secretário-Chefe adjunto da Casa Civil do Estado do Rio Grande do Sul desde 2023.

Jesús Delgado Valery

Licenciado en Estudios Internacionales por la Universidad Central de Venezuela (UCV). Candidato a Magíster en Estudios Electorales por la Universidad Nacional de San Martín (UNSAM). Director Ejecutivo de Transparencia Electoral.

Juliana Cardoso Ribeiro Bastos

Mestre e Doutora em Direito Constitucional pela PUC-SP. Especialista em Giustizia Costituzionale e Tutela Giurisdizionale dei Dirigi pela Università di Pisa. Professora na PUC-SP e nas FMU. Vice-Presidente pelo Brasil da Conferência Americana de Organismos Electorales Subnacionales por lá Transparência Electoral. Membro do Conselho Consultivo do IBDC. Membro da Abradep. Conselheira no Conselho Superior de Direito da Fecomercio. Secretária-Geral da Comissão de Direito Constitucional da OAB-SP.

João Marcos Amaral

Advogado, sócio do escritório Nazário & Amaral Advogados Associados, Doutor em Direito do Estado pela FD-USP.

Leandro C. Querido

Secretario Ejecutivo. Conferencia Americana de Organismos Electorales Subnacionales para la Transparencia Electoral (CAOESTE)

Leonardo Spencer O. Freitas

Advogado. Bacharel e Mestre em Direito Público pela UFMG. Professor de Direito Administrativo no IBMEC-BH e de outras instituições de ensino superior. Membro da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político - ABRADep e da Conferencia Americana de Organismos Electorales Subnacionales por la Transparencia Electoral - CAOESTE. Juiz Eleitoral Substituto - categoria jurista - no Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais. Sócio da Spencer & Vasconcelos, Moraes, Prado Advogados.

Luiz Gustavo de Andrade

Advogado e Professor. Doutorando em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Mestre em Direito pelo Centro Universitário Curitiba (UNICURITIBA). Diretor da Escola Paranaense de Direito (EPADI). Professor da Pós-Graduação da Escola Paranaense de Direito (EPADI). Professor da Graduação da Faculdade de Direito de Curitiba (UNICURITIBA). Membro Consultor da Comissão de Direito Eleitoral (OAB-PR). Membro Relator da Comissão de Gestão e Controle da Administração Pública (OAB-PR). Secretário-Geral da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Política (ABRADEP). Membro do Instituto Paranaense de Direito Eleitoral (IPRADE). Editor Executivo da Revista Paraná Eleitoral (TRE-PR). Membro Fundador do Instituto Mais Cidadania. Membro da Associação Brasileira da Advocacia Municipalista (ABAM). Membro da Conferencia Americana de Organismos Electorales Subnacionales por la Transparencia Electoral (CAOESTE).

Marcelo Ramos Peregrino Ferreira

Doutor em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC; Mestre em Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP; Autor dos livros: “Controle de Con-

vencionalidade da Lei da Ficha Limpa”. Editora Lumen Juris. RJ, 2ª edição, 2016. “Da Democracia de Partidos à Autocracia Judicial: o caso brasileiro no divã”. Editora Habitus : SC, 2020; Primeira menção honrosa PPGD/UFSC no Prêmio CAPES de Melhor Tese, edição 2020; Menção honrosa pelo Projeto de Integridade Eleitoral, Eleições Suplementares de Petrolândia - Rede Mundial da Justiça Eleitoral, 2022; Juiz Eleitoral Titular do TRE/SC 2.012-2.014; Diretor da Escola Judiciária Eleitoral Des. Irineu João da Silva do TRE/SC; Ouvidor da Justiça Eleitoral do Estado de Santa Catarina 2.012-2.014; Associado e fundador da Academia Catarinense de Direito Eleitoral- ACADE; Associado e fundador da Academia Brasileira de Direito Eleitoral – ABRADep; Associado da Academia Brasileira de Direito Internacional; Presidente da CAOESTE – Conferência Americana dos Organismos Eleitorais Subnacionais para a Transparência- 2021; Diretor de Relações Internacionais da Transparencia Electoral America Latina 2023.

Maria Lis Vallejos

Pertence à Justiça Federal Eleitoral e atualmente trabalha na Secretaria Eleitoral da Justiça Federal nº 1 da Cidade de Corrientes. Graduada em Direito e Direito Notarial pela Universidade Nacional do Nordeste. Professora designada para a Cadeira B da disciplina “Direito Político” da Universidade Nacional do Nordeste, Corrientes, Argentina. Diplomada em Direito Eleitoral pelas Universidades Austral e UNNE. Pós-graduada em Direito Eleitoral e Político pela Universidad del Rosario e pela Universidade de Buenos Aires. Realizou tarefas de monitoramento cívico este ano nas Eleições Presidenciais da República do Paraguai, no Observatório Universitário COMAHUE, Argentina nas eleições para prefeito da cidade de General Roca, Província de Río Negro Argentina, nas eleições municipais e regionais em Madri, Espanha.

Pedro Braga

Possui graduação pela Universidade do Planalto Catarinense (2007). Pós graduado em Direito Processual Civil pela Universidade CESUS-C-SC, Pós Graduado em Direito do Trabalho, Processo do Trabalho e Direito Previdenciário pela PUC - Minas Gerais. Advogado especialista em contencioso empresarial, com experiência nos Tribunais Supe-

riores e Regionais. Coordenador de Contencioso Cível e Trabalhista do escritório Braga, Lyncon, Tisato, Becker. Ex Presidente das Comissão da Jovem Advocacia da OAB/SC, Presidente da Comissão de Prerrogativas e Defesa dos Honorários da OAB/SC, Professor da ESA - Escola Superior da Advocacia, Palestrante. Ex Professor da Universidade do Planalto Catarinense.

Pola Salmún Smeke

Cursa la Maestría en Derecho Constitucional en la Escuela Libre de Derecho. Titulada. Maestría en Sociología por la Universidad Iberoamericana titulada. Mención Honorífica, 2014. Titulada. Licenciatura en Derecho en la Universidad del Valle de México, 2021. Titulada. Licenciatura en Historia del Arte - Instituto de Cultura Superior. Cédula 6983614 SEP. México D.F. 3 de Mayo 2010

Raimundo Sérgio Sales Cafezeiro

Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

Roberto C. Requejo

Presidente de la Conferencia Americana de Organismos Electorales Subnacionales por la Transparencia Electoral (CAOESTE). Presidente del Tribunal Electoral de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires-

Roosevelt Arraes

Advogado e Professor. Doutorando em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre e Doutor em Filosofia do Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR). Professor de Direito Eleitoral na Escola Paranaense de Direito e no Centro Universitário Curitiba (Unicuritiba). Membro do CCONS da UFPR. Membro da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Política (ABRADEP). Membro do Instituto Paranaense de Direito Eleitoral (IPRADE). Membro Fundador do Instituto Mais Cidadania. Membro da Conferencia Americana de Organismos Electorales Subnacionales por la Transparencia Electoral (CAOESTE). Sócio do escritório Arraes e Carboni Advogados.

Vânia Siciliano Aieta

Politóloga e Advogada. Especializada em Direito Eleitoral, Professora do PPGD-UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro). Coordenadora Geral da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Política (ABRADEP). Professora da Universidade Veiga de Almeida. Pós-Doutora em Direito Constitucional pela Universidade de Santiago de Compostela, Espanha e pela PUC-Rio. Doutora em Direito Constitucional pela PUC-SP. Mestre em Teoria Geral do Estado e Direito Constitucional pela PUC-Rio. Graduada em Direito pela UERJ. Visiting Researcher na Universidade de Santiago de Compostela, Espanha e Visiting Scholar na Università La Sapienza, Roma, Itália. Advogada eleitoralista. Conselheira Titular Seccional da OAB-RJ. Presidente da Comissão de Direito Constitucional da OAB-RJ. Membro da Comissão de Direito Eleitoral do Conselho Federal da OAB. Secretária-Geral da Comissão de Saneamento do Conselho Federal da OAB. Membro das Comissões de Direito Eleitoral e de Justiça Eleitoral da OAB-RJ. Conselheira da 2ª Câmara de Julgamentos da OAB-RJ. Membro da Comissão de Direito Eleitoral do IAB. Presidente da Escola Superior de Direito Eleitoral (ESDEL). Conselheira da 10ª Junta do INSS. Editora da Revista BALLOT, especializada em direito eleitoral internacional. Membro fundadora da Academia de Direito Eleitoral e Político (ABRADEP). Membro oficial do Fórum de Direito Eleitoral da EMERJ. Membro oficial do Fórum de Direito da Cidade da EMERJ. Membro do Conselho Científico do IBEROJUR, do Instituto dos Advogados do Brasil (IAB) e do Instituto Brasileiro de Direito Eleitoral (IBRADE). Faz parte do IBDC (Instituto Brasileiro de Direito Constitucional) e da ABCD (Academia Brasileira dos Constitucionalistas Democratas). Autora de mais de 80 publicações, entre livros e artigos.

Volgane Oliveira Carvalho

Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Doutorando em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí. Servidor da Justiça Eleitoral. Funcionou como Observador Eleitoral nas Eleições Colombianas de 2022.